



A
SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/276/2021/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Ponta Delgada, 6 de julho de 2021

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Vasco Alves Cordeiro'.

Vasco Alves Cordeiro



REQUERIMENTO

Execução do Plano de Recuperação e Resiliência nos Açores

Considerando que a 29 de maio de 2021 o Governo da República estabeleceu o modelo de governação nacional para o Plano de Recuperação e Resiliência Português, através do Decreto-Lei nº 29-B/2021;

Considerando que a 15 de junho de 2021 o Governo Regional da Madeira estabeleceu o modelo de governação dos investimentos regionais incluídos no PRR, através do Decreto-Regulamentar Regional nº 6/2021/M;

Considerando que a 16 de junho de 2021 a Comissão Europeia aprovou o plano de recuperação e resiliência de Portugal no montante de 16,6 mil milhões de euros;

Considerando que o PRR de Portugal inclui o financiamento de 580 milhões de euros para investimentos na Região Autónoma dos Açores;

Considerando que até à data não foi estabelecido o modelo de governação destes investimentos nos Açores, podendo tal atraso prejudicar o alcance dos objetivos e resultados previstos, inviabilizando a transferência de verbas da União Europeia, com prejuízos evidentes e com consequências na sustentabilidade da Região;



Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através dos Deputados abaixo-assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicitar ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1. Que modelo de governação pretende o Governo Regional implementar nos Açores?
2. Quando e quais as audições que foram realizadas com os parceiros sociais sobre esse modelo de governação?
3. Qual a justificação para o atraso na definição do modelo de governação do PRR nos Açores?
4. Quais as consequências para o alcance dos resultados do PRR nos Açores derivado do atraso no início da gestão e execução dos investimentos?

Horta, 06 de julho de 2021

Os Deputados,

Francisco César

José Ávila

Sérgio Ávila

Carlos Silva

Miguel Costa

Rui Anjos